

METODOLOGIAS PARA A HISTÓRIA SOCIAL: A TRAJETÓRIA DE INDIVÍDUOS EM FEIRA DE SANTANA ATRAVÉS DA DOCUMENTAÇÃO PAROQUIAL, JUDICIÁRIA E CARTORIAL (1870 –1930)

Francemberg Reis¹; Lucilene Reginaldo²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: francemberg@yahoo.com.br
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lureginaldo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Social; escravidão; trajetória de indivíduos

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a escravidão em Feira de Santana, região localizada no Agreste Baiano, é algo que ainda está sendo desenvolvido, pois, até recentemente as fontes que dizem respeito à escravidão no local não foram exaustivamente exploradas como as que se referem a Salvador e Recôncavo Baiano. Até início do ano 2000, Feira de Santana ainda não possuía arquivos que privilegiassem a preservação da memória e recomposição da história local. Muitos documentos sobre a escravidão em Feira de Santana ainda são inéditos, inexplorados pelos historiadores. Atualmente com o desenvolvimento de projetos preocupados com a preservação da história do município, ampliou-se o acesso mais facilitado a esta parte da documentação produzida no século XIX, documentação esta que anteriormente encontravam-se nas estantes dos arquivos e até mesmo espalhadas em locais inapropriados, apenas algo de finalidade jurídica ou administrativa, deixando em segundo plano sua finalidade histórica.

Mostraremos neste trabalho os resultados obtidos com a pesquisa de variada documentação, entre os quais estão os registros de batismos, arrolamentos e documentos notariais. Esta pesquisa é resultado do plano de trabalho **Metodologias para a História Social: a trajetória de indivíduos em Feira de Santana através da documentação judiciária e cartorial (1870 – 1920)** apresentado como proposta para concessão de bolsa Iniciação Científica do CNPq. O trabalho foi vinculado ao projeto de pesquisa *Itinerários da Memória: comunidades negras rurais no Paraguaçu (Bahia, 1880-1940)* coordenado pela professora Dra. Lucilene Reginaldo do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O recorte estabelecido pela pesquisa se propôs a estudar os últimos anos da escravidão e primeiros do pós-abolição em Feira de Santana. Este período tem recebido especial atenção da historiografia que se preocupa em investigar os destinos dos egressos após o fim do cativeiro, discutindo, entre variados assuntos, questões ligadas à experiência, concepções de vida e noções de cidadania destes sujeitos. Naquela época o discurso de formação de uma nação *civilizada* era recorrente, tratava-se, na visão dos contemporâneos, de resolver os problemas que o século anterior, marcado pela escravidão e pela política do império legou para o Brasil.

Nesta pesquisa nos pautamos em trabalhos sobre a escravidão que discutem principalmente a família escrava (SLENES, 1987, 1988, 1997; FLORENTINO & GÓES, 1997, REIS, 2001). Além disso, utilizamos as bibliografias referentes ao pós-abolição (FRAGA, 2006; MATTOS, 1998; MATTOS & LUGÃO, 2005). Na questão

teórica/metodológica nos influenciámos principalmente nos trabalhos de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989,). Ginzburg apontou diversos recursos metodológicos para, a partir do nome de um determinado indivíduo, alargar os meios de investigação e ir muito além dos resultados produzidos pela demografia histórica. Tomando como ponto de partida um determinado documento que nos informe um nome, uma localidade, além de outras informações, torna-se possível chegar a outros documentos que se referem a uma mesma pessoa. Esta linha investigativa discutida por Ginzburg nos influenciou e contribuiu para fundamentar a discussão na pesquisa.

MATERIAIS/MÉTODOS

O trabalho com os livros de batismos resultou na catalogação e no levantamento de 454 registros de ingênuos para a Paróquia de Feira de Santana entre 1871 a 1887. Os dados eram colhidos em caderno simples (universitário), e preenchidos com caneta esferográfica. Nesta fase, desprezamos a construção padrão dos registros, porém, priorizamos de forma sintética todas as informações encontradas. Privilegiamos o registro do número do livro, número da folha, a data do batismo, o nome do padre, o nome do batizando, data de nascimento, sexo, idade, cor, filiação, condição jurídica dos genitores seguida pelos respectivos proprietários, madrinha, padrinho, condição jurídica e proprietário caso estes fossem escravos. Além disso, eram também oportunamente acrescentadas algumas observações pertinentes ao registro.

Com a transcrição dos dados, partimos para segunda fase do trabalho que era lançar as informações no banco de dados informatizado. O banco de dados informatizado que utilizamos foi construído através do programa Microsoft Access 2007 e constituía-se em um formulário com 29 campos, os quais eram preenchidos com os dados anteriormente coletados nos livros de batismo. Alguns dados requisitados pelo formulário informatizado não foram frequentes nos registros paroquiais, o mais comum deles se referia a idade do ingênuo e sua condição jurídica. Todavia, foi possível preencher tais campos pelas próprias informações oferecidas nos manuscritos. Para determinar e registrar a idade do batizando, bastávamos verificar a data em que foi lavrado o registro e a data do nascimento.

Após realizar o trabalho de coleta e registro informatizado com os assentamentos de batismo, percebemos e consideramos alguns dados que chamaram a nossa atenção. O principal deles foi a repetição de nomes de senhores e, por conseguinte de escravos ligados a estes. Estávamos, ao findar esta fase, com um universo de 478 registros; o próximo passo era cruzar os dados fornecidos com outros documentos. Daí então, partimos para a segunda fase da pesquisa, na qual dedicamos na busca de outros documentos, possibilidades de ligações nominativas. O que facilitou o nosso trabalho foi o site do Projeto Cativos às Portas do Sertão <http://aquarios.uefs.br:8081/cativosdosertao/>, nesta página da internet, estão disponibilizados vários livros digitalizados referentes à comarca de Feira de Santana e pertencentes ao Tabelionato do 1º Ofício do Fórum Desembargador Filinto Bastos.¹ Os documentos disponibilizados cobrem desde a década de 1830 se estendem até 1880. No site do Projeto Cativos às Portas do Sertão estão disponibilizados, até o momento em que realizamos a nossa pesquisa, quase 2000 registros digitalizados, perfazendo em cartas de alforria, registros de compra e venda de escravos, hipotecas, escrituras de doação, penhor entre outros. Esta seara de

¹O site é resultado do projeto de pesquisa Cativos às portas do sertão: fontes para a história da escravidão e das populações negras em Feira de Santana (1830-1885) coordenado pela professora Lucilene Reginaldo. A intenção do projeto foi catalogar, digitalizar e disponibilizar ao maior público fontes que contribuíssem para a história da escravidão em Feira de Santana que até o momento havia uma carência de discussões mais sólidas sobre a experiência dos escravizados nessa região do estado da Bahia.

fontes, facilmente acessível, foi de grande importância, uma vez que facilitou em muito o trabalho e permitiu trazer comodidade para o andamento da pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os dados revelaram que os escravos preferiam para o batismo de seus filhos pessoas que compunham a camada livre e/ou liberta da sociedade. Antes da Lei 2040 (Vente Livre), a escolha de pessoas do estrato livre da sociedade se dava, entre outros interesses, em angariar possibilidades de alforria no decorrer da vida do batizando, mas, tal interesse foi automaticamente garantido em 1871, pois, a partir deste ano as crianças já tornavam-se livres por nascimento. A escolha de padrinhos *livres/libertos*, ainda persistia em Feira de Santana mesmo apesar de a criança nascer juridicamente livre. Podemos perceber que dentre os 478 ingênuos batizados, 368 (77%) tiveram padrinhos e madrinhas na condição jurídica de livres e/ou libertos.

Dividimos em duas fases o período estudado, a primeira engloba a década de 1870, tendo como início o ano de 1872 e se estende até 1879; a segunda fase começa em 1880 e abrange até o ano de 1887. Em decorrência do estado dos manuscritos, não foi possível pesquisar o ano de 1871, primeiro ano referente aos registros batismal de ingênuos, e último ano da produção de tais registros, 1888, quando é finalmente abolida a escravidão.

A média dos batismos na paróquia de Santana da Feira no primeiro período compreendido entre 1872-1879 foi de 43,0 sacramentos, totalizando 301 batizados. No segundo período, que se inicia em 1880 e estende-se até 1888, presenciou-se um declínio no número de ingênuos batizados, onde a média foi de 22,1 sacramentos, totalizando 177 batizados. Vários fatores explicam a grande quantidade de batismo para o período de 1872 a 1879, vão desde questões ligadas às próprias fontes como também perpassam pela própria historicidade inerente ao tema. Primeiro, no que diz respeito às fontes, mostramos no item destinado a metodologia, que encontramos um livro específico para o batismo de ingênuos aberto em 1872 a se estendia até 1882, após este último ano não encontramos livros específicos para registros de ingênuos, estes eram registrados no mesmo livro destinado a pessoas livres.

Foi predominante entre os ingênuos, as declarações de cor pardo, preto e fulo. No total dos 478 registros, 437 declararam o ingênuo com uma dessas três cores, ou seja, 91,4 % dos casos. O restante se dividia entre cabras, crioulos, pardos, além dos assentamentos que, por descuido do escrivão, não traziam a cor da criança.

O estudo dos registros revelou que as crianças eram geralmente batizadas nos primeiros dois meses de vida. Dos 478 registros, excetuando treze que não havia referência para o nascimento da criança, identificamos 336 ingênuos sendo batizados até os dois meses após o nascimento. Quanto mais se aproximava de um ano (seis, sete, oito, nove... meses), a tendência era diminuir a frequência do sacramento, porém, no mês em que o ingênuo completava um ano, percebemos que houve um relativo crescimento, se comparado aos últimos seis meses de vida. Não identificamos ingênuos sendo batizados aos dois anos de idade.

O índice de naturalidade e legitimidade entre os ingênuos batizados na paróquia de Santana da Feira (1872-1887), representado no gráfico abaixo, mostra a grande incidência de filhos naturais em detrimento dos legítimos. Embora o Fundo de Emancipação, criado com a Lei do Ventre Livre, que tinha como requisito libertar preferencialmente escravos que fossem casados e, por sua vez, tivessem filhos, as uniões não sancionadas persistiram entre 1872 a 1888 em Feira de Santana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu fontes para a história da escravidão em Feira de Santana nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Através da metodologia da história social, mostramos dados que até o momento eram pouco conhecidos para o referido período da escravidão em Feira de Santana. Chegamos a conclusões reveladoras sobre o batismo de filhos de escravos entre os anos de 1872 a 1887. Percebemos as rupturas e as continuidades; as mudanças e permanências relacionadas a nossa problemática de estudo. Ao pensarmos nesta pesquisa, colocamos um ponto essencial no plano do trabalho: estudar diversas fontes e, por meio destas perceber padrões, mas, acima de tudo, as trajetórias dos sujeitos.

Nesta pesquisa, não atentamos somente em estudar a finalidade jurídica da produção documental e elaborar as médias a respeito de uma dada problemática. Pelo contrário, fomos mais fundo, procuramos além de revelar padrões, perceber o cotidiano, os laços de solidariedade formados, as escolhas e ganhos durante suas vidas. Trazer como resultado desta pesquisa o levantamento de fontes para a história dos últimos anos da escravidão em Feira de Santana foi algo produtivo para nós. Os livros empoeirados dos arquivos guardam informações valiosíssimas sobre a sociedade local daquela época. O nosso desígnio ao desvendar as informações e discuti-las tem, assim como toda pesquisa científica, uma finalidade e uma preocupação social: contribuir de forma crítica para o conhecimento dos sujeitos sobre o espaço que ele vive. Procuramos transpassar as fronteiras de um trabalho onde meramente fossem apresentados, dados sem nenhuma reflexão a respeito dos sujeitos que emergiam na documentação. Dados, números, padrões às vezes mais obscurecem do que revelam algo. Para o historiador, em alguns momentos é muito mais produtivo falar dos sujeitos em si do que transformá-los em estatísticas. Afinal, os documentos tratam de pessoas que viveram em um dado momento da história.

REFERÊNCIAS

- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico** - Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-historia e outros ensaios**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX**. 2. ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995-1998
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988
- NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **E as mulheres da terra de Lucas? Quotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888)**. Feira de Santana: UEFS, 2009 (monografia de conclusão de curso)
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2001.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SLENES, Robert. **Escravidão e Família:** padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX. In: Estudos Econômicos. São Paulo: 1987, 17(2), p. 217-227

SLENES, Robert. **Lares negros, olhares brancos:** histórias da família escrava no século XIX. Revista Brasileira de História, n, 16. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1988

SLENES, Robert. **Malungu, Ngoma vem!** África coberta e descoberta no Brasil. In. Revista USP, nº12, dez/jan/fev, 1991-1992.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.